

FMI: novas metas definidas até dia 14.

A intenção de Delfim e Galvães é que Figueiredo tome conhecimento da nova carga de intenções antes de viajar para Cleveland, na semana que vem.

Os ministros Delfim Neto, do Planejamento, e Ernane Galvães, da Fazenda, querem que o presidente João Figueiredo tome conhecimento, antes de viajar para os Estados Unidos, do teor da nova carta de intenções que será assinada entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional. A carta com as novas metas a serem cumpridas este ano, segundo informou uma fonte do Ministério da Fazenda, deverá, portanto, estar elaborada até a próxima quinta-feira, dia 14, data marcada para a viagem do presidente, que deverá submeter-se a exames médicos em Cleveland.

Ontem, as autoridades econômicas brasileiras reuniram-se com os representantes do FMI para mais uma rodada de negociações. O encontro começou às 11 horas, no Palácio do Planalto, em Brasília, e durou cerca de três horas. Ao deixar a reunião, o chefe da missão do FMI, Eduardo Wiesner, disse que a conversa foi "útil, valiosa e proveitosa", mas não forneceu maiores detalhes.

No final da tarde, o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila, depois de conversar com Ernane Galvães, disse que o ministro lhe assegurou que a reunião de ontem foi "muito proveitosa" e que, efetivamente, na próxima semana, as negociações estarão concluídas de maneira satisfatória para o Brasil. Galvães deve reunir-se novamente hoje com a missão do Fundo, e é possível que nesse encontro a nova carta já seja esboçada, pois o ministro viaja no domingo para a Venezuela, voltando somente na quarta-feira, apenas um dia antes da viagem do presidente Figueiredo.

Revisão do déficit

Entre os assessores de Galvães, ontem, havia um clima de alívio. "O acordo está próximo", comentou um deles, enquanto outro graduado assessor garantia: "O impasse chegou ao fim e, portanto, o pior já passou". Segundo essa fonte, já se chegou a um entendimento quanto à aferição do déficit do setor público. Será feita uma ponte entre a metodologia do Fundo e a brasileira, na qual o FMI não altera seus critérios de mensuração, mas aceita rever para cima o teto de expansão do déficit do setor público, que passaria de Cr\$ 8,8 trilhões para Cr\$ 11 trilhões.

"O staff do Fundo não aceitará jamais admitir publicamente que seus critérios estavam errados para o Brasil", comentou outro assessor da área econômica. Mas um assessor de Galvães confirmou que, na reunião de ontem, os técnicos do FMI se convenceram de que seus critérios não podem ser aplicados no Brasil, com uma economia ainda inteiramente indexada. Os técnicos brasileiros mostraram que, utilizada a metodologia do Fundo, já este ano não haveria mais déficit público, mas um superávit de 2% do PIB (Produto Interno Bruto). Para isso, naturalmente, se quebraria a economia.

O governo brasileiro quer concluir logo as negociações, porque com isso será dado o sinal verde para o País entabular novas negociações na comunidade bancária internacional, tentando captar um jumbo de US\$ 3,5 bilhões para fechar o balanço de pagamentos.

Ontem à tarde, os técnicos do FMI reuniram-se na sala reservada a eles no Banco Central, mas evitaram fazer declarações à imprensa. Eduardo Wiesner pediu a compreensão dos jornalistas, afirmando que as negociações prosseguem nos próximos dias. Mas admitiu que, nesses próximos encontros, serão discutidos aspectos relacionados à metodologia para medição do déficit público e dívida interna líquida, além das novas estimativas do governo brasileiro para a inflação, que deverá ser da ordem de 130% ao ano, contra 90% anteriormente previstos.

Participaram da reunião do Planalto os ministros do Planejamento, Delfim Neto, e da Fazenda, Ernane Galvães; o presidente do Banco Central, Carlos Langoni; o presidente do Iplan, José Arantes Savassini; além de diversos assessores e os técnicos do Fundo, incluindo Wiesner, Thomas Reichmann e Horst Struckmeyer, que voltaram anteontem dos Estados Unidos, onde fizeram fazer consultas à direção da instituição.

Os assessores dos ministros participantes do encontro também foram evasivos ao prestarem informações. O chefe da assessoria econômica da Seplan, Akihiro Ikeda, disse que foi "uma conversa geral", na qual os técnicos do Fundo fizeram perguntas, mas não apresentaram a orientação recebida da direção da entidade nos Estados Unidos.

Ikeda disse, também, que as questões específicas, relacionadas ao déficit público, inflação e dívida, serão discutidas a partir de hoje em sucessivas reuniões. Já o secretário de controle das empresas estatais, Nelson Mortada, também participante do encontro, explicou que esses assuntos já foram abordados, embora genericamente.

Sabe-se que um assunto que despertou grande interesse dos membros da missão do Fundo foi a mudança na legislação que regula os aumentos salariais, incluindo a redução dos níveis de reajuste e expurgo do INPC. Eles queriam saber se o governo já tem os resultados dessas medidas.

A Secretaria de Planejamento da Presidência da República divulgou uma nota oficial sobre o encontro no Palácio do Planalto, na qual não forneceu nenhum detalhe das conversações.



Weisner e Struckmeyer: acertando os detalhes do novo acordo com o governo.

Adão Nascimento